

# uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837)

Carlos A. M. Lima\*

Departamento de História da UFPR

## RESUMO

O propósito deste artigo é o de introduzir e publicar uma informação sobre os negócios da erva mate nas partes meridionais da província de São Paulo (no atual Paraná) durante os anos 1830. O texto foi escrito por Joaquim José Pinto Bandeira por demanda do Ministério do Império transmitida pela presidência da província. Ao levar em conta aspectos da trajetória do negociante Bandeira, ganham-se relances sobre as conexões daqueles negócios com as outras atividades econômicas efetivadas nos campos de Curitiba, assim como com as características políticas e sociais da região. As atitudes do autor do relato a respeito dos índios são particularmente reveladoras.

**Palavras-chave:** Erva mate – redes e instituições – Paraná – economia e sociedade – Negociantes e governo local – Política indigenista no Brasil do século XIX

## ABSTRACT

The purpose of this article is to introduce and publish a description of the yerba mate business at the southern parts of the province of São Paulo (present-day Paraná) during the 1830s. The description was written by Joaquim José Pinto Bandeira following orders from the Ministry of Empire and the presidency of the province. When the trajectory of its author is taken into account the connections of that business with other local economic activities and with the social and political organization of the communities involved become apparent. His attitudes towards natives are particularly revealing.

**Keywords:** Yerba mate – networks and institutions – Paraná – economy and society – Merchants and local government – Indian policy in nineteenth-century Brazil

---

\* O autor agradece comentários a este texto e a suas ideias principais, que lhe foram comunicados pelo professor José Flávio Motta e pelos pareceristas anônimos de *História Econômica & História de Empresas*. O trabalho foi redigido durante um estágio de pós-doutorado realizado na FEA/USP, viabilizado por Bolsa Reuni de Assistência ao Ensino – nível Pós-Doutorado (UFPR). A *Informação* foi consultada no Arquivo Nacional, graças a financiamento de projeto de pesquisa pela Fundação Araucária do Paraná em 2003. Submetido em junho, 2011; aceito em agosto, 2011.

Neste trabalho, divulga-se um texto pouco utilizado a respeito dos trabalhos da erva-mate, escrito em 1837, para remessa ao presidente da província de São Paulo, em virtude de demanda do Ministério do Império. Ele foi escrito por Joaquim José Pinto Bandeira, de Curitiba, pois o ministro desejava obter algum retorno a respeito da utilidade de folhetos sobre a coleta, o processamento e a exportação da erva-mate, distribuídos por iniciativa do Ministério, nas partes meridionais da província de São Paulo, durante a década de 1830<sup>1</sup>.

Antecede a *Informação* uma introdução baseada em outra documentação primária e na bibliografia disponível; essas notas servem para a contextualização do autor, o que, por si só, permite levantar diversos problemas de investigação. Elas se destinam a introduzir e potencializar a leitura da *Informação* escrita por Bandeira. Em seguida a essas notas, propõem-se algumas ênfases que podem ser úteis para leitores do seu texto.

A relevância disso está em sua utilidade para a compreensão das atividades de negociantes de nível local, no período posterior à Independência, especialmente as articulações institucionais que envolviam suas atividades, assim como o relacionamento que estabeleciam com diversas atividades econômicas. A *Informação* de Pinto Bandeira dá acesso a relances relevantes acerca do papel político e econômico dos negociantes, em partes nem um pouco centrais do Império nascente. O conjunto tem importância, também, para a história do mate, por mostrar sua articulação com outras atividades econômicas, dos pontos de vista do controle econômico, da procedência social e dos mecanismos de acumulação dos que participavam da coleta-processamento-exportação da erva. Como Pinto Bandeira era negociante, escreveu sobre o mate e os índios, e envolveu-se fortemente com processos administrativos locais e regionais (foi camarista em Curitiba, recebeu encargos administrativos na conquista e na gestão da ocupação de sertões, foi representante na Assembleia Provincial Paulista e depois na Assembleia Provincial Paranaense), seu caso é de interesse para a discussão a respeito do controle de atividades econômicas e do arcabouço institucional a elas ligado,

---

<sup>1</sup> O documento não tem título e portanto será referido como *Informação* nesta introdução.

entendendo que aparato mencionado=guardava ligação profunda com a hierarquização social<sup>2</sup>.

Francisco Negrão informa que o português Antônio José Pinto Bandeira, pai de Joaquim José, nascera na freguesia de São Mamede, passara um tempo em “Parnaíba” e, após se transferir para Curitiba, casou-se, em 1790, com Maria Domingues de Jesus, de família da terra (NEGRÃO, 1926: I, 505). Esse dado serve para diferenciar essa rede familiar de uma outra, organizada ao redor de sobrenome semelhante, qual seja a de Rafael Pinto Bandeira, estabelecida de fato em locais próximos, ligando o Rio Grande e áreas circundantes – mesmo que fora dos domínios lusos – com Sorocaba (GIL, 2007). Antônio José Pinto Bandeira vivia, em 1797, na parte mais central da vila, labutando em seu negócio de fazendas secas e senhor de duas escravas (Arquivo do Estado de São Paulo, doravante AESP. *Listas de habitantes de Curitiba, 1797*). Isso é importante pelo fato de que não se tratava de negociante de alimentos ou de seres vivos, de modo que o negócio de tropas não bastava para classificá-lo. Mesmo assim, em 1805 recebeu sesmaria, onde concentrava campos e faxinais e mantinha agregados (NEGRÃO, 1926: I, 505-508), num trajeto habitual para negociantes do período colonial tardio, que se dirigiam, frequentemente, para a propriedade e o amanho de terrenos. Faziam-no por atitude senhorial e para fugir às flutuações extremadas da atividade mercantil (FRAGOSO, 1992).

Em 1824, doou a sesmaria aos filhos e a escritura respectiva faz referência constante àquela atitude senhorial, de quem funda *casa*. Os herdeiros eram cinco: Joaquim José, Domingos José da Mota Bastos (genro, casado com Francisca de Paula Ribeiro), José Joaquim Pinto Bandeira, João Nepomuceno Pinto Bandeira e Manoel Domingues Pinto Bandeira. Genros e noras dos doadores e de seus herdeiros só gozariam da “graça” durante suas vidas, “e por sua morte não passará a seus filhos aqueles que não descendem delles doadores” (NEGRÃO, 1926: I, 509). Os cinco “agregados (...) em sua casa (...) tão bem gozarão do uzo e fructo da referida propriedade durante suas vidas somente, e

---

<sup>2</sup> Cf. a abordagem de ENGERMAN & SOKOLOFF, 2002, colocando a desigualdade como o mediador entre a dotação de fatores e as instituições relevantes, para a compreensão dos processos de desenvolvimento econômico. A “initial extent of inequality in a society affected the evolution of strategic economic institutions” (ENGERMAN & SOKOLOFF, 2002: 82).

não passará a seus filhos senão o lugar de suas moradas e aprazimento dos legítimos descendentes”. Filhos naturais dos descendentes dos doadores, desde que reconhecidos e habilitados, poderiam “gozar da graça desta Escripura durante sua vida, somente nunca passando a seus filhos” (NEGRÃO, 1926: I, 509-510). A escritura criava condições para o uso do solo, para que se desse autorização a que outros o usassem a favor, criando a necessidade frequente de assentimento do conjunto dos beneficiários, e para que os descendentes convivessem proximamente, como algo necessário. Tratava-se efetivamente de uma casa senhorial.

Em 1836, seu filho Joaquim José, assim como sua viúva e mais dois filhos e uma filha (estes três, portanto, irmãos de Joaquim José) moravam ainda na parte central de Curitiba, cada um em um domicílio separado, ou, pelo menos, foram assim descritos na lista nominativa respectiva. Mas seus fogos vinham descritos em sequência, sugerindo que viviam realmente em comum (AESP. *Lista de habitantes de Curitiba, 1836*). Joaquim José Pinto Bandeira ainda se declarava solteiro (só viria a casar-se em 1839, com uma viúva; cf. NEGRÃO, 1926: I, 20). Aparentemente, só Joaquim José e a que se seguiu a ele na ordem dos nascimentos, Francisca de Paula Bandeira, tinham escravos, ele com dois e ela com três. Joaquim José (45 anos), João Nepomuceno (38) e Manoel Domingues (34) foram classificados como negociantes. Francisca já estava casada, mas seu marido não foi lançado na lista: devia estar ausente (sinal habitual de participação no negócio de tropas). Joaquim José se identificava como sargento-mor, um termo que indica nostalgia quanto ao mundo das milícias, pois a patente não era própria da Guarda Nacional, já, a essa altura, a forma de organização da segunda linha. Todos negociantes, enfim, mas a casa senhorial fora perpetuada, para o que deve ter contribuído a doação de 1824.

É possível especular que essa convivência provavelmente não duraria muito tempo. Há quem sustente que as famílias rurais brasileiras tendiam a segmentar-se rapidamente, em virtude da própria organização patriarcal: esta conduzia ao casamento preferencial com a prima paralela patrilateral, estratégia que sedimentava muito fortemente as relações entre os homens da parentela, mas que, por impedir alianças mais alargadas, terminava por não poder reiterar indefinidamente, produzindo segmentação conflitiva. Era, talvez, em virtude desse elemento que se fica com uma impressão contraditória ao observar essas famílias: mostravam au-

toridade muito concentrada, mas também grande instabilidade (LEWIN, 1993: 114, 134, 324). Mas, em 1836, a referida *casa* ainda estava lá, o que tinha uma implicação adicional para negociantes: será lembrado à frente que as condições de operação de qualquer mercado nessa época conduziam à tendência, à diversificação de atividades; essa lógica familiar (espécie de casa-grande como complexo de casas) tornava a diversificação ainda mais importante.

Dos três irmãos negociantes, dois eram solteiros, apesar de suas idades (somente João Nepomuceno era casado), remetendo ao que já se sabe sobre a maior delicadeza requerida no cálculo para as alianças matrimoniais de negociantes: além das questões de oportunidade relativas à distinção social, havia o problema da montagem das redes de relações pessoais necessárias às atividades mercantis (SILVA, 1998: 107-108). Isso, frequentemente, fazia com que essas alianças acabassem não se realizando.

Voltando um pouco no tempo, a partir do início da década de 1810, encontramos Bandeira como escrivão da Câmara de Curitiba (Termos de vereança, 1928: XXXVIII, 92; XXXIX, 40-83). Em 1821, como parte no movimento de elites locais, que buscavam maior autonomização frente às de áreas mais ao norte em São Paulo (LEÃO, 1929: III, 1023-1025). Em 1836<sup>3</sup>, já estava eleito para a Assembleia Provincial de São Paulo desde o ano anterior, manifestando, já nesse ponto, alguma forma de vinculação à movimentação de João da Silva Machado, o qual viria a estar a seu lado também na proclamação de fidelidade monárquica dos liberais locais, em face da rebelião liberal de 1842 e na obtenção de mercês honoríficas (LEÃO, 1929: III, 1023-1024).

Enquanto tudo isso se passava, preservava, para além da atividade comercial, a sesmaria familiar, agregando-lhe outros terrenos e participando da abertura de picadas e caminhos na direção do litoral. Isso construiu ao seu redor uma certa aura de “sertanista”, que ele depois

---

<sup>3</sup> Vindo logo em seguida ao do juiz de paz, João Gonçalves Franco (o mais frequente comprador de africanos em Curitiba, de acordo com o registro de batismos de 1830-47), o domicílio de Bandeira era o segundo entre os 144 fogos (congregando 1064 pessoas), que compunham a lista de habitantes da primeira unidade administrativa recenseada, tradicionalmente sem denominação nas listas nominativas, e assim muito provavelmente correspondente às partes centrais da vila (AESP. *Lista de habitantes de Curitiba*, 1836).

reiteraria, na direção de Palmas, e que motivou a entrega a ele de tarefas relacionadas a essa expansão para o Sul (LEÃO, 1929: III, 1024-1025).

No final dos anos 1820, encontraremos informação sobre um irmão de Joaquim José, João Nepomuceno, pertencendo à Câmara de Curitiba. O próprio Joaquim José apareceria, em 1829, como vereador, no momento em que seu irmão João se tornava fiscal da Câmara (Termos de vereança, 1929: XLII). Um episódio revelador transcorreu durante essa sua passagem pela vereança. No final da década de 1820, Joaquim José propôs um aditamento às posturas municipais de Curitiba. Tratava-se da questão dos escravos e dos “filhos família”, que se reuniam para jogos “em diversos lugares de roda das povoações”. Propunha que os juizes de paz intervissem no problema. Deveriam, julgava, prender os dois tipos de jogadores, mandar “castigar os mencionados escravos com vinte e cinco assoites” e “enviar os filhos famílias a seus paes ou tutores para serem por elles castigados” (Termos de vereança, 1929: XLII, 86-87 - sessão de 7/9/1829; o assunto foi tratado de modo diferente por PEREIRA, 1996: 65-66). Tornamos a ver a composição de mecanismos estatais e patriarcais de domínio. Juizes de paz, figuras já híbridas quanto a isso, prenderiam, mas o castigo dos infantilizados marmanjos que ainda viviam junto a seus responsáveis (os filhos-família) seria encaminhado mediante sua devolução ao âmbito da casa. Escravos deveriam ser presos, açoitados e provavelmente devolvidos a seus senhores<sup>4</sup>.

Antonio Antunes Rodrigues achou “dura” a pena de açoite aos cativos, “mormente quando este recaia contra escravos briosos e que por isso perdião o merecimento”. Queria que os mancípios fossem apenas admoestados na primeira vez em que fossem pegos na irregularidade. Escapadelas não eliminavam o “brio” de ninguém, nem mesmo de escravos, nessa sociedade desigual, mas “gelatinosa”. No entanto, longe de representar igualitarismo ou tolerância, a desnecessidade de homogeneização escalonava as diferenças numa evidente hierarquia: os

---

<sup>4</sup> Essa contiguidade, com diferenciação, entre jovens que não viviam “sobre si”, e que, portanto, eram infantilizados, e escravos, que, em virtude da própria contiguidade, eram humanizados, continha ressonâncias profundas do credo católico. Basta, como exemplo, mencionar a mania de um franciscano que foi bispo de Mariana na década de 1820 de definir regras e tempos, assim como de reiterar insistentemente a necessidade e pregar para “meninos e escravos”. Cf. OLIVEIRA, 1998: 240, 253, 256, 257, 260 e passim.

“briosos” escravos não deixavam de ser escravos por serem “briosos”. Estava em jogo a “unidade na diversidade”, própria de uma percepção aristocrática da sociedade, inclusive de sua parcela constituída pelos escravos (BLACKBURN, 1997: 22, por exemplo).

Joaquim Gonçalves Guimarães apoiou Antunes Rodrigues contra Bandeira, e nisso pôs a nu aquilo que David Brion Davis chama de “paradoxo contínuo da escravidão” (DAVIS, 2001: 255 e seguintes): a comodificação era tão incompleta quanto a incorporação à vida social. Queria que os escravos incursos fossem “castigados com a pena de prisão com os mais cidadãos livres”.

Como o ponto então alcançado era paradoxal, Guimarães teve que ser lembrado pelo presidente da sessão, Lourenço Pinto de Sá Ribas, de que “a pena de prisão imposta ao cidadão livre não era igual com a do escravo”: “que aquelle sofria o castigo com a pena da prisão porem que o escravo nenhuma sofria e apenas ella pesava a seos senhores que não concorrerão para o delicto”. Ele devia achar muito gostoso amargar uma cana, ou então se baseava em uma estranha aritmética moral sadomasoquista: a soma dos prejuízos econômicos dos senhores era maior que a dos escravos presos e, assim, dadas essas premissas, os prejuízos dos escravos tornavam-se benefícios para eles.

João Mendes Machado propôs que os escravos flagrados, se tivessem menos de dezessete anos de idade, recebessem palmatoadas, em lugar dos vinte e cinco açoites. Antonio Antunes Rodrigues achara, como visto, que a violência emascularia os escravos (perderiam o “brio”). Para Machado, adulto não pode apanhar, mas criança *deve*. Mas se tiver sido este o caso, Machado virou-a contra Ribas e a favor de Bandeira: o aditamento proposto por este último foi aprovado com a emenda de Machado.

É preciso chamar a atenção para outra passagem de Bandeira pela Câmara. Ele chegou a presidi-la entre 1841 e 1844. Ao final desse período, isto é, em 1844, não foi eleito novamente para a câmara<sup>5</sup>, tendo sido designado quarto suplente de delegado de Curitiba, em uma estra-

<sup>5</sup> Joaquim José foi o sétimo mais votado para o período 1845-1848, com 1128 votos. Ver AESP. *Relação nominal dos vereadores da Camara Municipal da cidade de Curitiba, para os annos de 1845 a 1848 - Offícios diversos de Curitiba, 1841-1844*, caixa 209, ordem 1004 (doravante AESP. *Offícios, Curitiba*, seguindo-se data; só será incluída informação sobre destinatário quando não se tratar de officio ao presidente da provincia).

nha lista que também continha o padre João de Abreu e Sá Sottomaior, como segundo suplente, e o Padre Isaias Ribeiro de Andrade e Silva, como o terceiro (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 25/10/1844). Mas, em abril de 1841, sua assinatura começou a encabeçar as que rematavam os ofícios da Câmara Municipal de Curitiba à presidência da província. Naquela data, a edilidade respondia à sondagem sobre a oportunidade de nomear -se Manuel Alves Pereira Junior como agente de correio na freguesia de São José dos Pinhais. Na resposta, a Câmara usou um jargão sobre a topografia social do termo da vila, que sugere uma visão de mundo muito aristocrática: o “cidadão” referido tinha capacidade para o cargo, mas era alferes da 4ª companhia do batalhão de guardas nacionais da vila, e na sua freguesia “poucas pessoas há idoneas” para substituí-lo, de modo que lhe tirar a patente para ocupá-lo no correio seria inconveniente (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 16/4/1841). O contexto da expressão qualifica seu significado. No trecho, idoneidade é, aparentemente, sinônimo de algo entre a abastança e o prestígio, ou, mais provavelmente, de ambos. Na mesma data, seguiu ofício remetendo lista tríplice para a designação de juiz municipal<sup>6</sup>, significativamente composta por dois negociantes e um padre, indicando o conteúdo social dessa oligarquia municipal, que constituía o mundo de Bandeira. O sujeito que encabeçava a lista, Manoel Gonçalves Franco, nela referido como negociante de fazenda seca, então tesoureiro do cofre dos órfãos e do juramentado interinamente para servir o próprio cargo de juiz municipal, antes fora administrador do correio. O enviezamento na direção de negociantes, derivado tanto da grande importância do negócio de tropas, quanto da habitual prevalência da mercancia em sociedades agrárias, apareceu diversas vezes na localidade. Uma lista tríplice para o preenchimento do posto de promotor público de fevereiro de 1841, portanto anterior a essa presença de Bandeira na câmara, continha os nomes de Caetano José Munhoz, negociante de fazendas secas, servindo interinamente de promotor, de Francisco de Paula e Souza, que, além de estar servindo de jurado, tesoureiro do cofre dos órfãos e fiscal suplente, era também negociante de fazendas secas, e de

---

<sup>6</sup> O Código do Processo Criminal estabeleceu que promotores e juizes municipais seriam escolhidos pelos presidentes de província, observada proposta de nomes pelas câmaras, sob a forma de listas tríplices (CABRAL, 1955: 84; FLORY, 1986, cap. IV a VIII).

Norberto Nunes Barbosa, jurado e... negociante (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 26/2/1841).

Outra lista, essa para o comando da Guarda Policial do termo da cidade (1843), mostra dados diferentes, mas conduz a percepção parecida de uma sociedade agrária com negociantes em seu topo. O primeiro comandante da Primeira Companhia era um negociante, que havia sido capitão da Guarda Nacional. Abaixo dele, e no comando das outras companhias, quase que somente lavradores e criadores (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 1/5/1843)<sup>7</sup>.

Passa a ser interessante, diante dessa projeção social dos comerciantes no terreno local, tratar de algumas informações sobre sua presença na vila e na região mais ampla (tabela 1). Seu número é algo revelador, tendo em vista apontar para um peso inesperado na estrutura ocupacional, embora, evidentemente, os dados aqui usados misturem negociantes de diversos calibres e posições na estrutura ocupacional. Constituíam cerca de 8% dos cabeças de domicílio. Segundo a análise de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein a respeito de São Paulo em 1829, a proporção dos negociantes entre os chefes de fogos do Caminho do Sul (11,5%) só perdia para a do litoral (12,5%), área que incluía o porto de Santos, e para a do Oeste Paulista (11,9%), onde se situava o cultivo da cana-de-açúcar, então a atividade mais dinâmica da província. Ultrapassava largamente a verificada no Vale do Paraíba e na região da capital (LUNA e KLEIN, 2005: 148, 242). Aparentemente, a estruturação do negócio de tropas abria as portas do comércio para diversos abastados. Como se verá, no entanto, as categorias usadas por Bandeira para dar conta da sociedade mostram uma percepção centrada na distinção e nas relações de dependência, assim como nas formas difusas de autoridade, radicadas no âmbito societário. Mostram, portanto, e em uma palavra, uma percepção e uma prática aristocráticas da sociedade e da política. Assim, a relativa difusão da posição de negociante na sociedade não contrariava o estabelecimento de práticas exclusivistas e monopolistas.

---

<sup>7</sup> Uma lista sêxtupla para suplente de delegado, de julho de 1843, embora não haja descrição com ocupação de seus componentes, está igualmente repleta de negociantes. Ver AESP. *Ofícios, Curitiba*, 14/7/1843. Classicamente, Alden (1968: 426-6) chama a atenção para comerciantes no topo de oligarquias municipais no mínimo desde o século XVIII.

Tabela 1 – Distribuição dos empregos na população de Curitiba (freguesia das cidades, São José, Campos Largo e Palmeira, assim como capelas de Tinguiquera e Votuverava), em 30 de dezembro de 1842

Empregos	#	%
Magistrados em exercício	14	0,4
Advogados formados	4	0,1
Clero secular	9	0,2
Professor de latim	1	*
Professor de primeiras letras	2	*
Professor de meninas	1	*
Negociantes	282	7,6
Fazendeiros de criar	145	3,9
Engenheiros de erva mate	13	0,3
Engenheiros de aguardente	18	0,5
Tropeiros de tropas arreadas	672	18,1
Lavradores	1847	49,7
Jornaleiros	507	13,6
Oficiais de diferentes ofícios mecânicos	204	5,5
Total	3719	100

Fonte: AESP. *Ofícios, Curitiba*, 2/1/1843.

\* Percentagem menor que 0,1%.

Não espanta que a categoria mais representada fosse a dos lavradores (tabela 1). Mas há alguns dados surpreendentes. Mesmo sem contar os tropeiros, é notável a preponderância numérica dos negociantes sobre os artesãos (“oficiais de diversos ofícios mecânicos”). Ao fazer referência às análises de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, ganha-se uma imagem muito viva do ineditismo, dentro de São Paulo, dessa situação curitibana. Em todas as regiões da província estudadas pelos dois autores para 1829, incluindo o Caminho do Sul, que englobava Curitiba, os oficiais mecânicos eram mais frequentes entre os chefes de fogo que os negociantes. No Vale do Paraíba, havia 23 artesãos para cada grupo de dez negociantes. Na região da capital, eram 17, comparados a 16 no Oeste, 13 no Caminho do Sul e 12 no Litoral (LUNA e KLEIN, 2005: 243). Na Curitiba de 1843, os negociantes eram bem

mais numerosos que os artesãos, havendo apenas sete desses últimos para cada grupo de dez dos primeiros. É possível que isso se deva, em grande parte, ao fato de que não se notava na Curitiba dessa época a presença de fiandeiras e tecelãs, diferentemente do restante de São Paulo. No conjunto da província, de fato, ao levar em conta apenas os homens do comércio e do artesanato, os primeiros mostravam um leve predomínio. Mas, ainda assim, não se chegava à preponderância verificada em Curitiba.

É de se notar ter havido uma mudança no peso dos negociantes na vila entre 1822 e 1841. Segundo Altiava Balhana, a documentação de 1822 forneceu informações sobre a ocupação de 1700 pessoas livres. Destas, 48 eram negociantes, compondo 2,8% do total (BALHANA, 1972: 18-19). Os dados de 1841 enviados à presidência da província apontam para percentagem de 7,6% na participação de negociantes no total. A situação em Castro parece ter evoluído de modo semelhante. Em 1822, 9,5% dos livres com ocupações declaradas eram negociantes. Em 1835, como em Curitiba, esse número elevou-se, chegando a 14% (BALHANA, 1972; LIMA, 2004).

Nesse último cômputo, foram considerados os fogos de pessoas que se identificavam como comerciantes, ou seja, pequenos comerciantes, negociantes de fazendas/usurários e usurários exclusivos. A elas poderiam ser acrescentados outros tipos, como o dos prestamistas não especializados, mas os censos não permitem fazê-lo (MARCONDES, 1998: 210-1). Seria interessante, embora impossível com os censos, levar em conta relações entre eles, assim como os diversos tipos de combinação de atividades comerciais diferentes, por vezes muitíssimo variadas: vide a perturbadora possibilidade de que o comércio a varejo se ligasse a financiamentos de muito fôlego e a nada menos que à arrematação de impostos (PEREIRA, 2010). No planalto curitibano, o negócio de tropas era atividade comercial que criava demandas de alguma forma de propriedade da terra (para invernação e para a criação de gado), assim como dependência em relação a fortes financiadores – em grande medida para dispor de moeda – e a magnatas que conseguiam posições políticas relativas à arrecadação de impostos junto aos registros (PETRONE, 1976).

Relevaria igualmente considerar negociantes de escravos, embora não me tenha deparado com dados a esse respeito em relação a Curiti-

ba. Apareciam na documentação pessoas identificadas como traficantes de escravos em pontos dos caminhos que conduziam dos grandes portos de desembarque de africanos até os compradores finais, radicados em áreas como o planalto a que me refiro<sup>8</sup>.

No tocante aos prestamistas não especializados no campo paranaense, os 24 patrimônios de São José dos Pinhais (1852-1885), que somavam 10 ou mais contos de réis (mil réis de 1872), dão um importante testemunho: cinco não tinham dívidas passivas nem ativas; quinze eram mais credores que devedores e apenas quatro mais devedores que credores<sup>9</sup>. Em Campo Largo, foram dez os patrimônios com dez contos de 1872, ou mais entre 1872 e 1884. Dois não tinham dívidas de nenhum tipo, dois eram mais devedores que credores e seis, a maioria, estavam na próspera situação inversa<sup>10</sup>. A elite agrária, mesmo que modesta, financiava outros produtores e outros comerciantes.

Como Bandeira pertencia a esse universo de negociantes, encabeçando oligarquias municipais, e como mostraria, na *Informação*, que está sendo introduzida aqui, sua vinculação com a comercialização do mate, ganhamos com essas referências uma noção muito nítida a respeito do entrelaçamento dos negócios ervateiros com o de tropas, com o comércio de escopo local, com a criação de gado e com o sertanismo, destinado a incorporar ao ambiente do nascente Império áreas das partes meridionais, arrancadas a mãos indígenas. Tudo chama a atenção igualmente para a natureza comercial dos operadores, que açambarcavam os

---

<sup>8</sup> Lista de habitantes de São Paulo, 1767. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* – doravante *DI*. LXII, 1937: 286-7, domicílio 116, de BENTO FURTADO, “traficante”; ver também informações sobre escravos em Porto Feliz comprados em São Paulo, ou então do Rio de Janeiro, mas com intermediação em Santos; GUEDES, 2007: 358. Sabidamente, a população escrava de Curitiba continha poucos africanos na época em que foi mais detidamente estudada; cf. Gutiérrez, 1988. Mas a proporção dos escravos nascidos no Velho Mundo aumentou um pouco no Paraná, após a primeira proibição do comércio de almas, embora sem que o tráfico tenha podido passar a ser o mecanismo essencial de reprodução das escravarias. Ver LIMA, 2003 e um ofício remetendo mapa de população de Curitiba em 1842 que indicava razão de sexo da ordem de 122 (AESP, *Ofícios, Curitiba*, 2/1/1843). Esse dado indicativo de maior proporção de africanos pode ser confrontado com o derivado das informações de Müller apontando para razões de sexo de 105 em 1836; cf. MÜLLER, 1978: 165.

<sup>9</sup> Vara Cível de São José dos Pinhais. *Inventários post mortem, 1852-1885*.

<sup>10</sup> Vara Cível de Campo Largo, *Inventários post mortem, 1872-1884*.

rendimentos da exportação do mate, pelo menos em seus começos. Isso é condizente com a natureza técnica da atividade (mera coleta seguida de muito leve beneficiamento), mas se relacionava igualmente com a posição dos negócios mateiros, como apenas uma das multifacetadas ocupações dessas elites mercantis. Tudo caminha para nos ajudar a compreender o modo como uma atividade de tão grandes dimensões deixou tão poucos vestígios na paisagem agrária.

Em 1840-1841, o valor do café exportado pelo Império foi mais de sessenta vezes maior que o da exportação de mate; mas, em 1857-1858, essa relação caiu, com a exportação de café tendo sido vinte e uma vezes maior, em valor, que a da erva (SOARES, 1977: 28-29, 99). As diferenças são enormes, mas não se deve esquecer que a soma apenas das populações de Vassouras e Valença equivalia a quase todo o contingente que vivia no Paraná, em meados da década de 1850, assim como que nada menos que sete municípios da província do Rio de Janeiro tinham mais escravos que todos os municípios paranaenses somados, e entre os municípios fluminenses aludidos figuravam Macaé, Rio Bonito, Piraí e Saquarema, além dos casos mais óbvios de Vassouras, Valença e Campos. A população de Campos de Goitacazes equivalia a todo o contingente, livre ou escravo, que residia no Paraná (PEREIRA, 1996: 59; SALLES, 2008: 185). Assim, a exportação per capita no Paraná era muitíssimo maior que o imaginado, a partir do confronto dos valores exportados do mate e do café. A questão reside na circunstância de tudo isso ter tido tão poucos efeitos em cadeia, para frente ou para trás.

A preponderância dos negociantes tinha uma de suas origens no próprio negócio de tropas, que, em sua natureza, era atividade comercial. Mas não é a ele que se faz referência aqui. Antes, trata-se da circunstância de que as sociedades agrárias dessa época produziam elites mercantis importantes e monopolistas, e esse domínio se exercia em cadeia, a partir de centros aos quais eram articuladas as elites comerciais de âmbito local. Está implícito que a sociedade, mesmo tendo como atividade principal o comércio de mulas, era agrária, no mínimo porque à enorme quantidade de muars trazidos do extremo sul se juntava grande número de cabeças de gado criadas localmente. Acrescia que o comércio de tropas tinha exigências que colocavam seus responsáveis diretos sob o controle de comerciantes mais poderosos, desde o século XVIII.

Havia a questão dos períodos de “desordem monetária”, como o que se seguiu à Independência, assim como o fato de essas relações comerciais se realizarem por terra, não podendo contar com o aparato portuário, que dava oportunidade à amarração de relações comerciais através da escrituração do crédito. Deve-se lembrar também o que se viu logo acima, no sentido de que os negociantes parecem ter ocupado o topo da hierarquia social local<sup>11</sup>.

Ainda mais decisivo que esses era o fato de que a obtenção de mulas frequentemente implicava atravessar fronteiras nacionais, e nem moeda de cobre, nem notas do Banco do Brasil, nem ainda o lançamento de créditos contra residentes no Brasil deviam fazer muito sucesso no Uruguai ou nas Províncias Unidas do Rio da Prata (PETRONE, 1976: 114-115; MACHADO, 2002). Necessitava-se de moeda sonante, com valor intrínseco, o que obrigava tropeiros a frequentarem os monopolizadores da liquidez, durante o período (oligopolização do crédito em FRAGOSO, 1992; SAES, 1996; LEVY, 1994). O quanto isso era feito, e em cadeia, pode ser avaliado através do fato de que Antônio da Silva Prado, logo depois da Independência, tomava dinheiro emprestado no Rio de Janeiro, para, por sua vez, financiar as diversas atividades do negócio de tropas, a partir de Sorocaba (SAES, 1986: 72).

Outra fonte de dependência em relação a negociantes era o fato de os proprietários do sul de São Paulo, serra acima, terem sido basicamente criadores de gado. Isso os inseria nas habituais relações de domínio, derivadas do financiamento e da prevalência de redes de poder pessoal. Maria Thereza Petrone, ao descrever o modo como o Prado supracitado comprava gado em Castro, mostra um pequeno e poderoso exército de “sócios compradores”, fazendeiros aliados e arrematadores de impostos, que tinha de ser mobilizado para que se tornasse possível adquirir animais na localidade (PETRONE, 1976: 42). Isso, ao mesmo tempo, punha negociantes no topo das hierarquias sociais locais e ligava-os, frequentemente de modo subordinado, a outros negociantes que tivessem escopo de atuação mais alargado<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> BORGES, 2009: 196 parece associar o impacto do crédito ao lugar preponderante ocupado por negociantes no *governo* da vila.

<sup>12</sup> Ver diversas iniciativas de afidalgamento de negociantes paulistas – assim como a grande importância política atribuída a isso – na correspondência do governador Antonio Joze da Franca e Horta em *DI*. v. 94, 1990: 225, 241.

Além disso, associava negociantes ao exercício da autoridade estatal, de certa forma conferindo um papel político a suas atividades. Veja-se, como exemplo atinente a Curitiba, na correspondência do governador de São Paulo de 1776, o general Martim Lopes Lobo de Saldanha, o caso de um capitão local ligado à operação do registro. Ele parece ter solicitado um empréstimo sem juros a um negociante local, Antonio Gonçalves dos Reis, empréstimo este que foi muito francamente chamado de “juro”. O negociante se “sugeara” “muito contra a sua vontade” ao que lhe fora solicitado, tratando-se de recursos destinados a facultar o funcionamento do registro. Fizera-o “obrigado do temor, nam só de Vm.<sup>ce</sup>” – o destinatário, o capitão José dos Santos Roza – “mas de quem o protegia”. O governador, no entanto, tornara-se sensível ao clamor de Reis no sentido de que estavam “os juros de cinco por cento permitidos no Reyno de Portugal”, e assim escrevera ao “Inspector do Reg.<sup>o</sup>”, a fim de que chegasse a Roza a instrução de que não achasse “rezam de duvidar este premio”, conforme a demanda do negociante<sup>13</sup>. De um modo muito sintomático da politização da atividade mercantil e prestamista, o jogo estabelecido entre o estatal e o societário, além de borrar as fronteiras entre ambos, sujeitava contratos a contínuas reviravoltas ligadas à ascensão e à queda de pequenas e grandes estrelas da governança. A escassez de liquidez elevava, embora de modo turbulento, a posição social dos negociantes, empurrando-os para dentro das cambiantes necessidades do exercício do poder político.

Tem tradição sustentar que os ambientes das tropas e do mate eram muito divorciados, sendo possível aproximar suas distinções de clivagens partidárias no século XIX, com as tropas liberais e o mate conservador (WESTPHALEN, 1995). Mas o exame da situação durante a primeira metade do século XIX não deixa o investigador tranquilo quanto a esse divórcio. Assim, é importante observar a gente do negócio de tropas, falando a respeito da erva-mate. No mínimo, ajuda-nos a evitar a reiteração, na pequena escala, da velha teoria dos ciclos. Bandeira, de fato, não escolhia muito um negócio principal para se preocupar preferencialmente com ele, como uma espécie de aposta. Provavelmente, em virtude da natureza dos mercados em presença durante o período, pa-

---

<sup>13</sup> “P.<sup>a</sup> o Cap.<sup>m</sup> José dos Santos Roza = em Curitiba”, em 9/12/1776, incluído em *DI. v. LXXXVII*, 1964: 40.

recia muito envolvido com a convivência e o crescimento de todos eles, tendo em vista o ambiente amplo de Curitiba, mas também o seu próprio bolso<sup>14</sup>. Isso porque a natureza dos mercados já foi resumida convenientemente como “mercado restrito”.

“Mercado restrito” significa que as atividades voltadas para a comercialização de produtos estavam cercadas de todos os lados por um amplo e, dada a disponibilidade de terras, incontrolável ambiente de pequenos produtores. Isso significava que a parcela mercantilizada das atividades era pequena, proporcionalmente, e, por isso mesmo, sujeita a flutuações muito fortes, insuportáveis para quem quer que tentasse (ninguém tentava) “por todos os ovos em uma única cesta”, isto é, exercer uma única atividade econômica. Resultava uma propensão muito difusa à combinação de atividades, especialmente quando elas não fossem contraditórias (FRAGOSO, 1992).

As flutuações eram realmente catastróficas. Um exemplo muito próximo de Bandeira: entre 1830 e 1837, o número de muares que atravessou o registro do Rio Negro, numa ascensão súbita com acidentes inteiramente negligenciáveis, multiplicou-se por cinco; mas, entre 1837 e 1839, caiu na proporção de dois terços (devia ser impacto da Farroupilha e da depressão que caracterizou o mundo atlântico durante a primeira metade do século XIX); mais que dobrou entre essa data e 1842 ou 1843, para, a partir daí, cair de novo, só que para patamares mais próximos à média da primeira metade do século, onde permaneceu até a forte expansão de tudo da segunda metade do século (SUPRINYAK, 2008: gráfico 3.8).

Já foram tomadas iniciativas na direção de estabelecer conexões do mate com outros tipos de atividade. Chama a atenção especialmente o rastreamento por José Augusto Leandro de indícios no sentido de que a participação de membros da elite parnanguara no comércio em comerciais pode ter estado vinculada à acumulação, que lhes permitiria dominarem o beneficiamento da erva-mate e, por essa via, toda a atividade. Isso podia incluir o tráfico ilegal de escravos africanos (LEANDRO, 2003). É claro que seria necessário pesquisar detidamente até que pon-

---

<sup>14</sup> Em setembro de 1829, o vereador Bandeira propunha postura municipal destinada a conciliar “os interesses do Lavrador e do creador”, numa referência ao antigo problema do gado destruindo lavouras. Cf. Termos de vereança, 1929, v. XLII: 93.

to essa atividade, embora exercida através do porto de Paranaguá, realmente era controlada por investidores locais, e não por negociantes radicados em outras praças<sup>15</sup>. A parcela desses escravos que atingiu o Paraná, embora crescente (WESTPHALEN, 1972; WEBER, 2009), era pequena<sup>16</sup>. Ainda assim, é interessantíssima a ideia de que as posições alcançadas no mate derivavam em parte de outras atividades, mostrando que não se tratava exatamente de elites econômicas novas.

Retornando aos ofícios de Bandeira, a questão das indicações punha em jogo elementos essenciais da relação entre municipalidades e governo provincial ou imperial. Em maio de 1844, Bandeira e a Câmara faziam referência à Lei Provincial n.o 11, de 23 de fevereiro de 1836, que disciplinava o envio de propostas das câmaras municipais para o preenchimento das patentes de oficiais da Guarda Nacional. O tema era objeto de dificuldade no preenchimento dos postos, àquela altura (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 7/5/1844). A Lei mencionada pela Câmara era justamente aquela que instituía o sistema de nomeação na Guarda no âmbito da província de São Paulo, substituindo as eleições de oficiais. A presidência da província designaria gente para os comandos de legião e o Estado-Maior. Para as patentes menos importantes, indicações das Câmaras<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Ver registros sobre traficantes de escravos radicados no Rio de Janeiro participando do fornecimento de escravos ao Uruguai em uma época durante a qual aquela participação era ilegal, ferindo leis locais e uruguaias. Em uma tentativa de desembarque de africanos em Maldonado, em 1838, “havia tenido parte (...) COSTA GUIMARAIS”, juntamente com outros (Encarnación de Zás, 1951: 166). Ver igualmente BORUCKI, 2010.

<sup>16</sup> O tráfico de africanos para o Paraná cresceu durante a ilegalidade, embora sem fazer com que a população escrava se distanciasse muito das características que adquiriu no final do século XVIII: maiorias crioulas com proporções parecidas de homens e mulheres na população (LIMA, 2003). Isso se distancia da situação verificada em Santa Catarina, onde o período de maiores importações de africanos foi o final do século XVIII, processo que perdeu completamente o ímpeto durante a primeira metade do século XIX (MAMIGONIAN, 2006: 622-624; CUNHA, 2010: 2; PIAZZA, 1975: 17-35).

<sup>17</sup> CASTRO, 1979: 192. Flory qualifica a tendência da segunda metade dos anos 1830 na direção da criação, em nível provincial, de prefeitos e de mecanismos de controle das designações para patentes da Guarda Nacional como tentativa de “acallar el desasosiego social, y tejer una red política firme al conectar las influencias burocráticas más importantes con una fuente central de autoridad” (FLORY, 1986: 250)

Em agosto de 1842, Bandeira escrevia a José Carlos de Almeida Torres, presidente da província, solicitando a liberação de alguns sujeitos presos por reação ao recrutamento, tendo em vista serem casados e pais de muitos filhos menores. O ofício recebeu um despacho no qual o presidente da província de São Paulo, que já vivera em Curitiba, reprendia Joaquim José:

Este Bandeira pede q.º sejam soltos os G. N. que forão remetidos pelo J. M. de Coritiba para assentarem praça.

Responda-se-lhe que estes G. Nacionaes já forão remetidos p.ª a corte p.ª assentarem praça.

Este homem já foi demittido, e entendo[?].

Não tem resposta. (AESP. Ofícios, Curitiba, 23/8/1842)

Em 4/9/1842, Bandeira, na qualidade de major comandante interino do Batalhão de Guardas Nacionais da Cidade de Curitiba, referia-se à necessidade do envio de instrutores. Para isso, chamava a atenção para um ponto importante: o lugar estratégico da região, pois “repetidas vezes se tem d’elle [do batalhão] lançado mão p.ª segurança da fronteira” (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 4/9/1842). De fato, no início dos anos 1840, era importante repetir à exaustão protestos de repúdio aos farrapos e de adesão à monarquia. Assim é que a câmara presidida por Bandeira defendia uma indicação para oficial da Guarda Nacional, dizendo do indicado ter estado

[...] sempre prompto em acudir aos reclamos de seus chefes [ilegível] no destacamento do Rio-negro dado tempo e todas as vezes que nossa Fronteira tem sido ameaçada de invasão pelos rebeldes da Provincia do Rio-Grande do Sul, dando por esse, e outros factos provas de seu patriotismo e sentimentos Monarchicos (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 12/11/1842).

Em abril de 1841, Bandeira manifestou forte interesse na propagação da matrícula na aula de primeiras letras em São José, pois a Câmara estava sendo consultada sobre a conveniência de suprimi-la por falta de alunos. Haveria 10 crianças matriculadas e interesse de outras famílias locais em que seus filhos o fizessem. A Câmara achava que a aula deveria ser mantida, tendo em vista que a freguesia seria “bast.ª populosa / dá 7 eleitores /”. É interessante essa avaliação indireta dos

mecanismos da participação política: apenas sete pessoas seriam suficientes para representar politicamente uma freguesia “populosa”, e “bastante” (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 21/4/1841).

Em novembro de 1842, o presidente da província de São Paulo se manifestava quanto à possibilidade de retirada da freguesia de Palmeira do termo da Vila de Curitiba e sua anexação ao da Vila do Príncipe. A Câmara de Curitiba consultou o juiz de paz e o subdelegado de Palmeira. Nas respostas, estes manifestaram “repugnância” em relação ao desmembramento. Dizia a câmara presidida por Bandeira que, para “não pequeno n.º de moradores”, era “mais fácil, e talvez mais perto procurar seos recursos” em Curitiba (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 14/1/1843). Isso representa evidência indireta a respeito da importância das diversas formas de regulação, incluindo as municipais, na atividade comercial encaminhada.

Em fevereiro de 1843, Bandeira escrevia, pela câmara, ao presidente sobre a povoação de Palmas. Acusava a chegada ali de “mais de 200 índios de ambos os sexos, armados, como tem de costume andarem em todas as suas correrias, alem dos que já ali existem”. Isso estava causando “consternação e receio” entre os habitantes, pois estes estavam disseminados “por uma tão grande extensão no tracto de suas fazendas e estancias”. Acrescentava que “outros Índios se esperão, segundo a confissão dos primeiros”, e que os habitantes de Palmas já se tinham reunido na povoação, não podendo permanecer muito tempo ali, a bem de “suas fazendas”.

A câmara de Curitiba, “que em seo seio conta alguns membros conhecedores do lugar, e suas localidades”, seria “habilitada para bem avaliar o perigo”. Esta vocação sertanista da edilidade curitibana se associava às expectativas em circulação na vila a respeito dessa povoação “que tantas vantagens promette para o futuro”. Apontava a necessidade de “prompto auxilio de gente armada” e de levar o sucesso ao conhecimento do administrador provincial “para prover do conveniente remedio”. Moradores dependeriam de “úma força armada que imponha respeito aos Índios” como primeiro remédio para a situação, o que se justificaria, ainda que nenhuma ocorrência grave se tivesse conhecido até o momento, pela percepção acerca dos índios guardada por Bandeira, pela Câmara e, provavelmente, também pelos moradores de Palmas: “ainda que apresentem amisade e boa intelligencia, quêm conhece sua

infidelidade natural, ligeireza e versatilidade, não deve, nem pode deixar de duvidar de sua aparente fidelidade”. Trata-se de uma antiga forma de perceber as sociedades indígenas, que lamentava sua inconstância ao mesmo tempo que enxergava propensão para alianças políticas.

Bandeira fazia questão de mostrar não ter desejado ferir os processos de centralização de controles imperiais, ou por crença ou por receio, sobretudo em um período de tão forte conturbação política e militar como aquele que as partes meridionais do Brasil viviam. Assim, ressaltava que “A Camara não ousa indicar qual a força mais própria para auxiliar aquella povoação”.

À intimidação poderia seguir-se o chamamento ao “seio da sociedade”, e nesse ponto Bandeira revalorizava prudentemente a experiência missionária colonial. Mas tudo devia começar com a ameaça imperial de violência:

Talves esta fosse uma muito propicia ocasião de chamar-se ao seio da sociedade aquela gente dispersa e outra que em muito grande numero habita as immediações do mesmo campo de Palmas e margens do Uruguai, porem para isto era preciso em primeiro lugar o respeito da força, e depois um muito habil, intelligente e circunspecto empregado que soubesse conciliar o respeito com a prudencia á fim de se-fazer amado e temido ao mesmo tempo, e secundado de um verdadeiro Ecclesiastico, único meio que talvez aproveitasse, visto o que nos-transmitte a historia das cattequeses” (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 21/2/1843).

Apesar da precaução da câmara no sentido de que não ousaria arrogar a si as atribuições da presidência da província de decidir a respeito de providências militares, em agosto, Bandeira, pela edilidade, fazia referência a que não tinha chegado a Palmas nenhum impacto de medidas decididas em São Paulo. Essa povoação continuava prometendo prosperar, dado que continha já “treze á 14 mil animais de ventre”, só que naquela altura “varios ataques e mortes tem havido entre os selvagens, e os aldeados e nossa gente” (AESP. *Ofícios, Curitiba*, 25/8/1843). Violência e sociabilidade, aliança, podiam suceder-se porque consistiam em partes de uma única e mesma estratégia. Isso tinha uma história e teria ainda algum futuro. Pode-se lembrar um autor posterior a Bandeira que revalorizava o passado paulista com uma menção aprovadora a um autor colonial. Em livro publicado em 1878, Azevedo Marques

caminhou em direção análoga à da *Nobiliarquia* de Pedro Taques no elogio a Antônio Pires de Campos, ao mesmo tempo fundador de aldeias em Goiás e Mato Grosso e militar encarregado de “afugentar” os Caia-pó e os Paiaguá (MARQUES, 1980: I,76).

Os posicionamentos tomados quanto aos índios sempre haviam sido muito reveladores a respeito da concepção de sociedade prevalecente entre os diversos grupos sociais, nos períodos colonial e imperial. Aquela combinação de violência e sociabilidade, que não era vista como contraditória, o exemplifica. Aparecia em muitos outros aspectos da vida social, como a organização das famílias e as relações com os escravos. Assim, uma discussão mais ampla de Bandeira sobre índios e a relação com eles deixaria escapar, no início dos anos 1850, sua visão a respeito da sociedade e da política brasileiras.

Trata-se de sua *Notícia da descoberta dos campos de Palmas*, publicado em 1851, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O texto se inicia com referências ao rumor de possibilidades de expansão, como coisa de sertanistas e buscadores de pastos novos. Em 1810, “começou a correr a notícia da existencia de uns campos, a que davam o nome das Palmas” (BANDEIRA, 1851: 425). No mesmo sentido: “Achando-se Guarapuava muito opulenta, não havendo mais logar para se estenderem as fazendas, e estabelecimento de novas: deliberaram alguns individuos entrarem pelo campo de Palmas” (BANDEIRA, 1851: 427).

A esse dado expansivo viria articular-se a necessidade de aliar-se a índios (sobre este ponto: “vieram a Guarapuava alguns Indios mais domesticos, que se tinham dado de novo á vida errante dos bosques” e que se dispuseram a auxiliar os imperiais de Guarapuava na expansão). A combinação manifestava novamente a mistura das expectativas de domesticidade e de inconstância: Bandeira informava ter havido traição por parte dos aliados nativos; eles teriam matado imperiais que guiavam. Mas a expectativa de aliança não foi abandonada: “pôde um delles de nome Miguel (hoje casado em Guarapuava) escapar com o auxilio de um Indio seu conhecido e amigo, que o conduziu a Guarapuava, tomando diversas veredas para não ser seguido pelos outros”.

Nessa onda expansiva, formaram-se grupamentos de imperiais destinados a organizar politicamente, com ou sem violência, a tomada dos campos por posse (isso estava ocorrendo no final dos anos 1830, de modo que já não vigorava o instituto das sesmarias). É significativo que

Bandeira tenha reiterado a designação desses grupos hierarquizados e armados como “sociedades” e “associações”, apontando para uma sombria visão acerca das sociabilidades (“A questão do direito é mais complicada, pois cada qual tratava de estabelecer sua fazenda, e levantar casa onde melhor lhe convinha, suppondo-se com isso arrumado”). Mas para Joaquim José esse mesmo mundo das relações societárias de autoridade continha também o remédio para a “anarchia”: “concordaram todos em se submeterem á decisão de dous arbitros” eleitos localmente, recaindo a escolha em dois “homens da mais reconhecida probidade”, “moradores dos campos geraes de Coritiba” (BANDEIRA, 1851: 427-428).

A pacificação das relações entre moradores foi narrada por Bandeira a partir do mote de novas alianças com indígenas, compondo uma espécie de aldeamento liminar (sem autoridades civis ou religiosas, sem formalização da relação dos quase-aldeados com a terra e com atividades regulamentadas, resultando no uso da estranha expressão “alojamento”), enquanto se discutia a redação e a implementação do *Regulamento das Missões* imperial (HEMMING, 2009: 255 e seguintes). O próprio Joaquim José teria agenciado parte dessa congregação tensa de indígenas em Palmas. Informou que, ao passar por Guarapuava na direção de Palmas, a dupla de mediadores a que pertencia teve a

[...] fortuna de ahi encontrar o indio *Condá*, chefe da principal horda de selvagens, que occupava Palmas, e mais dous Indios com suas familias, em numero de onze pessoas, entre as quaes eram *Chanêré* mulher do cacique, e duas criadas *Macãa* e *Vangre*. Um dos indios sabia ler e escrever, por ter-se criado na aldêa de Guarapuava, d’onde fugiu para o sertão; e ainda falava suffrivelmente a nossa língua.

A condição desses índios – nem “domésticos”, nem formados plenamente no sertão – combinava com a natureza transitiva e provisória do aldeamento/“alojamento”. Para Bandeira, Condá pôde ter o papel fundamental que viria a ter porque se situava no processo como um híbrido. Fora criado no aldeamento de Guarapuava, mas tendo-se desligado dele, preservara sua posição de chefe de “uma horda de selvagens”. Mestiça sua caracterização, também mediadora seria sua função na conquista de Guarapuava.

O papel atribuído a ele por Bandeira remetia igualmente a um mapeamento das relações de força dadas entre os índios, pois a “horda” de Condá teria sido apenas a “principal”, tendo havido outras, o que criava a possibilidade e a necessidade de ordenar essa vida política. Alianças entre hordas de imperiais, alianças com os índios, aliança dos índios entre si: tudo isso deveria ser feito através de mediações estabelecidas sem o recurso a instâncias estatais. Quanto aos índios, bastavam “agrados, dadivas e caricias” (BANDEIRA, 1851: 429). Essas oligarquias municipais de negociantes realmente julgavam entender de índios e de governo à moda antiga. A temática dos “mediadores”, relacionada à preferência por formas difusas e personalizadas de exercício da autoridade também foi aplicada aos índios<sup>18</sup>. Por volta de 1843, manifestou-se o facciosismo, chegando os chefes indígenas ao patamar da “luta pessoal”. Mas o desfecho foi “favorável a ambos, pela intervenção de alguns fazendeiros, presentes á desavença”, os quais parecem ter apostado, com sucesso, na propensão Kaingang à segmentação: tudo “motivou dividir-se a horda em duas parcialidades, seguindo cada uma seu comandante” (BANDEIRA, 1851: 436).

Após a partilha do campo entre as sociedades de povoadores, Bandeira continuou a associar o sertanismo a sua condição de deputado-criador-ervateiro-negociante de tropas e fazendas secas: adentrou “vereda recém aberta para o Iguazú” a fim de “inteirar-se d’esta via de comunicação” (BANDEIRA, 1851: 431). Em Palmas, o Estado chegou, mas prosseguiu com as mediações estabelecidas no nível societário; o capitão da companhia de municipais permanentes para lá despachada, Hermógenes Carneiro Lobo, transferia os índios como medida associada à demarcação do local da povoação; fazia-o por ter usado de “boas maneiras”.

“Outros selvagens”, no entanto, entretendo relações de “inimizade com os novos convertidos”, atacaram a povoação. Primeiramente fustigaram os de Condá, que Bandeira designava como os “já aldeados”. Posteriormente foram repelidos pelos povoadores, mas para Bandeira o fundamental era que aquele “facto seguramente se não daria, se mais tino e menos desconfiança presidissem às primeiras entrevistas com

---

<sup>18</sup> Durante o segundo quarto do século XIX ainda havia quem apelasse para as formas pessoais de exercício de autoridade para lidar com a turbulência então vigente, conforme GRAHAM, 1997.

estes bárbaros” (BANDEIRA, 1851: 432-433), mote repetido por ele ao referir-se ao direcionamento mais meridional das atividades estabelecidas ao redor de Palmas. A presidência da província deu essa tarefa em comissão a Francisco Ferreira da Rocha Loures, morador de Guaruva. Bandeira considerava-o habilitado para isso

[...]porquanto habitando na sua infancia em Guaruva, em companhia de seu pai o capitão Antonio da Rocha Loires, effectivo commandante d’aquelle presidio, teve ali conhecimento com o Indio Condá, tambem menino, que depois retrahindo-se aos bosques, se tornou formidável e temido entre os seus” (BANDEIRA, 1851: 434-435).

Acrescentou mais uma nota reveladora de sua aposta no reconhecimento e na preservação de formas de organização indígenas: Condá viabilizou tanta coisa no Sul em virtude do “imperio que o Indio exercia sobre os mais chefes” (BANDEIRA, 1851: 435). O fato de que se tratava de uso, de manipulação daquilo que se preservava das formas de exercício de autoridade anteriores ao contato transparece no manejo de mais uma categoria européia, para descrever processos e formas de organização política indígenas (“imperio”). Essa combinação de preservação, manipulação e redefinição da autoridade indígena foi muito própria da experiência colonial dos aldeamentos (PETRONE, 1995). A incorporação dos índios à sociedade imperial era necessária, pensava Bandeira, mas a mera diluição dos indígenas na vida social seria espúria. Era preciso manter seu lugar específico, agora interno à sociedade, mas inseri-los em uma cadeia de autoridade de alcance maior, que abrangesse também os povoadores imperiais.

Como já foi ressaltado, as formas societárias de exercício da autoridade eram legítimas e necessárias, aos olhos de Bandeira, mas jamais suficientes, o que remete com força bastante aos dilemas políticos do segundo quarto do século XIX no Brasil. Assim, a mencionada segmentação das parcialidades Kaingang, resolvida com a mediação dos fazendeiros, deixou em Palmas um grupo de “uns oitenta de todas as idades, e sexos”. Estes,

[...] da nossa sociedade só tomam os vícios, vivem da caça e pouca plantação, e em um estado de barbaria, que se não fôra a cega obediencia que tributam a Viri, homem sincero e fiel á amizade (atributo muito raro

n'esta qualidade de gente) já teriam sem duvida commettido os maiores attentados e crimes, para o qual tem natural inclinação.

Tal estado teria emergido do fato de viverem “sem autoridade que os domine, nem sacerdote que os baptize” (BANDEIRA, 1851: 435), em novo sinal de revalorização do passado colonial.

Na extensão dos processos de Palmas para o Rio Grande do Sul, os “horrorosos factos, tão frequentes, que enchiam de terror aos comerciantes de animaes” só cessaram porque o Conde de Caxias deixou os índios “acommodados, e entregues á direcção de dous Missionarios” (BANDEIRA, 1851: 435). A mediação política exercida de dentro do âmbito societário era fundamental para Bandeira, mas não era suficiente. Necessitava-se do Estado (Caxias) e da igreja (os missionários). Como no passado colonial, a formação de nobrezas da terra não competia com a imposição do Estado luso.

Na *Informação* transcrita à frente, há referência a folhetos distribuídos a beneficiadores durante os anos 1830, tendo este sido, inclusive, o motivo de se ter solicitado que alguém escrevesse sobre o mate nesse momento: era preciso saber se os folhetos tinham dado algum resultado<sup>19</sup>. É visível a ansiedade em aproveitar circunstâncias favoráveis, relacionadas ao fato de a erva paraguaia estar no pior momento da história de sua exportação exatamente no intervalo entre 1820 e o início dos anos 1850 (WHIGHAM, 1991: 120-127).

A *Informação* que se vai ler aponta para alguns elementos interessantes para a compreensão do lugar mate e da organização da sociedade nas partes meridionais da província de São Paulo, que, mais tarde, viriam a constituir a província do Paraná.

Um desses elementos é a característica combinação de dinamismo (expresso nas expectativas quanto à exportação) e sensação de risco (falta de controle sobre a produção, parca durabilidade dos espécimes produtivos e demora na maturação da planta), que se resolvia com a contínua incorporação de novos espaços. A expansão para Palmas fora motivada pela busca de novos pastos. O mate, no entanto, também incentivava a conquista de novos espaços, ao mesmo tempo que não conduzia a uma ocupação mais permanente dos mesmos, pois a fragi-

---

<sup>19</sup> Há menções a esses folhetos em WESTPHALEN, 1998: 240.

lidade e o risco que lhe eram inerentes não estimulavam muita intervenção no espaço. De comum com o negócios de tropas era a combinação da difusão das relações mercantis com a preservação de controles monopolistas e exclusivistas. Outro tipo de dado externo à *Informação* ajuda a capturar esse viés: pesquisas em inventários *post mortem* da segunda metade do século XIX indicam que a propriedade de ervais (obviamente não o beneficiamento, nem a comercialização) tinha mais tendências à difusão social que à concentração, aparecendo mais em pequenas que em grandes fortunas (LIMA, 2005). Isso certamente se devia ao caráter extrativo da atividade, que, conduzindo à relativa efemeridade dos ervais, não estimulava os setores mais abastados da sociedade a buscar adquiri-los. Esse tipo de questionamento é bem perceptível na *Informação* de Pinto Bandeira transcrita adiante.

No caso do Paraguai, a descrição de Whigham é mais incisiva no tocante a domínio da atividade produtiva pelo capital mercantil portenho. Os beneficiadores e comerciantes locais não atuavam com seus próprios recursos e mercadorias. Só tinham o mate. Assim, negociantes portenhos impunham seu preço aos beneficiadores, que, por sua vez, empurravam as perdas na direção dos *peones*. Assim, existiam ganhos para o capital mercantil local, e tudo podia funcionar sem efeitos em cadeia para trás ou para a frente, efeitos estes inexistentes até mesmo nessa área onde se plantava a erva. No caso do Paraná, o fenômeno era reforçado pela circunstância de que o mate sequer era plantado.

É verdade que a bibliografia especializada diferencia com muita força a organização do negócio na primeira e na segunda metades do século XIX (WESTPHALEN, 1998; PEREIRA, 1996). Mas ainda assim foi, já nos anos 1880, que um observador situado no Rio de Janeiro descreveu brevemente a atividade de um jeito que deixa poucas dúvidas quanto à fragilidade de seus impactos na paisagem. Couty referiu-se ao mate da seguinte forma: “[...]comprado a 5 ou 10 francos os 100 quilos aos caboclos do Paraná, que o cortaram e secaram, na maioria das vezes sem o conhecimento dos proprietários, é em seguida transportado, preparado e revendido a 12 francos a arroba, 100 francos os 100 quilos, no porto de Antonina” (COUTY, 1984: 95).

Couty exagerava a informalidade da coisa toda, mas os dados já mencionados sobre a propriedade de ervais corroboram muita coisa de sua avaliação.

Como a combinação de atividades era importante, Bandeira hesitava na classificação do mate. No trecho em que acusa o recebimento do ofício ordenando-lhe a feitura da *Informação*, refere-se ao mate como “este ramo de nossa Agricultura, e Comercio”.

Na *Informação*, Bandeira solicitava controles administrativos sobre comerciantes. É certo que se referia a manobras mercantis realizadas em prejuízo dos consumidores externos, mas as providências que solicitou do ministro passavam por encarregar “Autorid.<sup>s</sup> locais” do controle. Os dilemas do período regencial apareciam nisso, pois ele propunha alguma forma de entendimento entre autoridades locais e centrais. Assim, Bandeira mostra não se estar, no período, apostando em uma dicotomia simplista entre o âmbito local e o imperial. Aparentemente, as concepções do Antigo Regime ibérico englobando simultaneamente reforço do Estado e poderes locais ainda estavam em movimento. Além disso, dados os indícios já vistos de que, em termos ocupacionais, a elite curitibana era de natureza mercantil, entregar o controle de comerciantes às “autoridades locais” significava entregá-lo a comerciantes. Além de se entrever com isso uma espécie de avanço dos negociantes de serra acima sobre os litorâneos, percebe-se ter estado em jogo um antigo corporativismo que recusava situar-se exclusivamente quer no âmbito societário, quer no estatal.

Há no texto um trecho sobre a agricultura da área de Curitiba ter estado na época de Bandeira “m.<sup>to</sup> atrasada”. Os sinais quanto a isso são contraditórios. De um lado, Saint-Hilaire referia-se mesmo a uma baixa rentabilidade (colheita/sememente) no cultivo do milho<sup>20</sup>. Por outro lado, não deixa de ser tentador desconfiar que se tratava de discurso imigrantista. Se havia precariedade na produção de alimentos, são de se esperar sinais renitentes de carestia de gêneros. Havendo essas carestias, é de se perguntar o que explicaria o fato de que produtores locais não se aproveitavam das mesmas.

Outro trecho surpreendente é aquele sobre “o povo não conhecer cabalm.<sup>te</sup> os seos verdadeiros interesses”. Pode-se ver nisso um tom ilustrado? Essa crítica do “povo” (de todo ele!), incluindo os abastados, deve muito a uma tônica de origem ilustrada que seria importante em

---

<sup>20</sup> SAINT-HILAIRE, 1978: 24; 100 a 150 por 1, enquanto o mesmo viajante, quanto a outros lugares do Brasil, chegasse a apontar 400 por 1.

todo o Império brasileiro: a tônica civilizacional, segundo a qual, a bem da construção de uma elite política e da estabilização das condições para a reconstituição de um aparato estatal, preservava-se uma imagem negativa das relações estabelecidas no âmbito societário (CARVALHO, 1988, cap. 4). Inexistindo um processo civilizador, ou antes exatamente em virtude de não se dar um processo civilizador, os interessados na constituição daquela elite se aferraram a um *projeto* civilizador. Mas, como defende Graham, os mecanismos de dominação política ainda guardavam relação muito próxima com os valores e práticas do domínio senhorial, marcados tanto pelo clientelismo, como pelos mecanismos em cadeia inscritos, no relacionamento com os “subalternos”, na combinação de proximidade física com distância social (GRAHAM, 1997). Essa combinação se fazia ainda mais necessária na época da conturbação política do pós-Independência, do período regencial e do início do II Reinado, contando, além de tudo, com a bênção do Romantismo Conservador, que idealizava o pactismo jurisdicionalista do Antigo Regime ibérico (LIMA, 2009; DIAS, 1974). Mas a vinculação a um projeto ilustrado estava de pé, e ideias como a de “ilustração católica”, formulada para o Rio de Prata da época antecedente à Independência (CHIARAMONTE, 2007), ajudam a compreender a abrangência das tentativas de ajuste de contas envolvendo a Ilustração e o apreço pelas fórmulas políticas da Segunda Escolástica, ou, como se costuma escrever quanto ao Prata, da tradição política espanhola, apreço este também contido em diversas formulações do Romantismo Conservador.

Segue-se a *Informação*. O rendimento de sua leitura certamente ultrapassa o que esta introdução procurou induzir.

★ ★ ★

Acuzo a recepção do Off.º de V. Ex.<sup>a</sup> datado de 14 do Corr.º mez, emque para Cumprim.<sup>to</sup> da Ordem do Governo Central, que exige de V. Ex.<sup>a</sup> informações sobre o terse ou não posto em pratica na Provincia as ideias expendidas na f.<sup>a</sup> [ilegível] que se distribuiu, sobre a cultura e fabrico da Erva mate; e no caso afirmativo q.<sup>s</sup> os resultados, acrescentando as observaçoens que lhe parecerem apropriadas p.<sup>a</sup> melhorar e estender este

ramo de nossa Agricultura, e Comercio; V. Ex.<sup>a</sup> pede me os esclarecim.<sup>tos</sup> que puder prestar-lhe sobre esta materia: e eu, ainda que poucos esclarecim.<sup>tos</sup> possa dar, com tudo essis os dou com muito prazer, morm.<sup>te</sup> atendendo o disvelo que emprega V. Ex.<sup>a</sup> em promover o bem estar da Provincia e convencido deq'. huma patriotica admenistração deve ser auxiliada por todos os cidadãos que se interessão na sorte publica. Os rezultados que de m.<sup>as</sup> observaçoens tenho colhido na Com.<sup>ca</sup> em que rezido e onde se ella fabrica, comunicarei a V. Ex.<sup>a</sup>.

Ainda que o Folheto pelo titulo paressa occupar-se da cultura da erva mate, nem por isso se achão expendidas ideias sobre esta parte, e talvez seja ella notavelm.<sup>c</sup> importante, ao menos em minha opinião. Desde que este ramo de Comercio comessou a tomar alguma extensão athe oje, ainda niguem tratou seriam.<sup>c</sup> deprocurar meios comq.' sua cultura se torne facil e sua reprodução pronta; todos os fabricantes buscão a erva matte, e a encontrão nas Matas sel/<sup>lverso</sup> vagens, e sem ao menos sombra dos melhoram.<sup>tos</sup> da arte; e vendo eu que já oje he mister procural-a nos lugares mais remotos, e vendo tambem o crescim.<sup>to</sup> que seu comercio tem adquirido nestes ultimos anos, de sorte que talvez se possa elevar a perto de duzentas mil arrobas exportadas pela barra de Parnagua p.<sup>a</sup> os portos de Montevideo, Buenos Aires, e varios do Mar Passífico, no anno passado; e perçadido de que continuará a crescer, temo que venha em remate a aniquilar-se ou ao menos a ser um ramo m.<sup>to</sup> escaço q.<sup>do</sup> pudera ser m.<sup>to</sup> amplo. Reforça tambem o meo parecer o meio que anteriorm.<sup>c</sup> os fabricantes empregavão de cortar as arvores, pois as cortadas ordinariam.<sup>te</sup> não renassem. Huma postura da Camera Municipal prohibio isso; e dahi comessou a adecortar [possivelmente, começou a de cortar] os ramos unicom.<sup>c</sup> /apesar de q.' alguns ainda dessepão as arvores./ Porem não remedeia o mal essa medida porq.' sabe-se oje que a arvore que já soffeo o decote por duas ou tres vezes seca, e nem [?] mesmo de raiz [ilegível] mais brota. Tudo isto fas-me receiar que a [ilegível] que for se o fabrico, e exportação aumentando, oque tem a seo favor todas as probabilid.<sup>es</sup>, o numero de arvores irá diminuindo e talvez que a extinção seja o resultado. Daqui tiro [ilegível] argumento para estabelecer anecessidad.<sup>c</sup> de cultivar-se a erva mate como se pratica com o café e cha – persuadome que acultura hade auxiliar m.<sup>to</sup> asua reprodução, o que he oje m.<sup>to</sup> difficil obter, pois da planta de mudas, semente, e [ilegível] deq.' setem feito alguns ensaios, só da primeira seobtem vingarem alguns pés ficando a mór parte perdida - /<sup>2</sup> e a transplantação paresse que nada adianta mais doq.' se tirava [?] negitado [?] nas matas. Quanto á semente, tem-se notado que todas, ou quaze todas, contem emsi hum verme que comendo a esteriliza; e por isso passa por certo que da semente nenhum

fruto se alcança; talvez que a falta de cultivo, ou circunstancias da epoca, produza isso, mas não pude ainda conhecer a cauza dando por verdadeiro já por vezes [ilegível – observado?]. Para a planta chamada de estaca tambem não se tem achado ainda hum meio que a faça vingar.

Devo tambem notar que hum dos embarços que se encontrão he a vegetação assas [?] tardia [?] com q.' cresce a arvore mormente estando abafada entre outras arvores. Isso tem ocasionado ao menos por ora algum descoroçoam.<sup>60</sup> nos q.' querem tentar huma plantação que dê bons resultados e só hum processo mais proveitozo, isto he, q.' a fizesse vingar e vegetar com mais brevid.<sup>6</sup> o que estou certo se conseguirá por meio da arte, e tambem que tornasse as arvores mais produtivas, porq.' raras são as que dão huma arroba, e talvez som.<sup>6</sup> as que tem de existencia mais de 20 annos [ilegível, inclusive a pontuação] só isto, digo, poderá remediar a mingua que desixado este ramo no estado actual o progreço do Comercio dar-lhe-ha irremediavelm.<sup>6</sup> soffrendo [?] certo que hum agricultor habil com alguma experiencia que disto tivesse chegaria a achar hum meio de obviar aos inconvenientes que oje se encontrão, e facilitar mais, e mesmo desenvolver este ramos de nossa produção q.' tantas /<sup>2 verso</sup> vantajens promete mais V. Ex.<sup>a</sup> sabe que na Comarca de Curitiba a agricultura achase m.<sup>60</sup> atrazada, e não há ali q.<sup>m</sup> possa de tal tarefa incumbir-se com esperança de proveito, a mingua de conhecimento desta parte da industria.

[ilegível – Sinto?] que o Autor do Folheto que tão boas coizas escreveu, não escrevesse igualm.<sup>6c</sup> sobre esta parte, privando-nos assim de ideias uteis se quizermos avaliar pelas que consignou em sua tão conciza memoria e de certo se dessas se houvesse ocupado oferecemos-nos não menos vantagens doq.' as q.' havemos colhido da q.' publicou. Isto pois he o que me pairesse que se deveria promover em primeiro lugar, e que talvez deveria o Governo evitar ver nisso, atenta a difficuld.<sup>6</sup> que tem a nossa população de deixar habitos rotineiros e p.<sup>r</sup> si só seguir huma estrada não trilhada, e m.<sup>60</sup> mais não constando-me que em alguma das partes da America meridional onde se dá a erva mate, como as excolonias Hespanholas, tenha-se empregado algum esforço p.<sup>a</sup> melhorar esta industria por meio da cultura – tanto há como no Brazil todos contentão-se com havel-a das maons da natureza sem os socorros da arte que lhe poderia dar hum duplo valimento.

Passando agora ao que há de positivo na Memoria tenho a informar a V. Ex.<sup>a</sup> que todas as ideias ali expendidas são salutaes, e produzem optimos resultados q.<sup>do</sup> se praticão; /<sup>3</sup> mas nem todas são geralmente observadas, não por vicio seo, porem por o povo não conhecer cabalm.<sup>6c</sup> os seus verdadeiros interesses.

Sobre o fabricar-se o mate som.<sup>c</sup> da congonha verdadeira sem misturar-lhe outras especies bravas, e talvez venenozas, assevero que não he oje tão extenço como já o fora esse uzo; e consta me tambem que não erão os fabricantes de Serra assim os que sós falcificavão o mate misturando-lhe outras folhas; mas igualm.<sup>c</sup> alguns expiculadores da Marinha que não tendo ali a verdadeira, servião-se de todas as folhas que lhes ficavão a mão: elaborandoas pelo mesmo methodo da verdadeira conseguião dar lhes alguma semelhança com esta e as diferenças dezaparecião pela mistura. Mas os prejuizos sofridos em diferentes epocas, e especialm.<sup>te</sup> em 1832, pelos que com essa falcefição fraudavão o Comercio, e o descredito total que nessa quadra, nas praças de Montevideo e Buenos Aires, experimentou o mate exportado pela Barra de Paranagua, os tornou mais avizados; e oje apezar de ainda continuar esse abuzo tão ruinozo a boa fê do Comercio comtudo he em gráo menor – se não he /como alguns suspeitão/ que hum melhoram.<sup>to</sup> no fabrico tenha feito sentir menos essa falcefição. Sem duvida que este mal tão nocivo deve merecer da parte de V. Ex.<sup>a</sup> algumas providencias, e a que me pairesse a mais exequivel he incumbir as Autorid.<sup>s</sup> locais de velar sobre isto /<sup>3 verso</sup> impondo-lhes aquellas penas que em taes cazos são applicaveis.

Quanto a Epoca mais própria para o fabrico, que o Autor da Memoria apresenta, é esse conselho tão util que a Assembleia Provincial o adotou sancionando-o em huma pustura da Camera Municipal de Curitiba, na qual determinou, que se fabricasse o mate unicam.<sup>c</sup> nos mezes de Janeiro a Julho. Alem de produzir [?] esta dispozição a vantagem de fabricar-se m.<sup>to</sup> bom mate pela maturid.<sup>c</sup> da folha, acresce outra de dar-se tempo a que os brotos, que comessão de rebentar em Agosto, não se destruão mas cresção, sendo tambem porisso hum meio de concervação.

Agora tenho de informar a V. Ex.<sup>a</sup> o que há sobre o prosseço, no q.<sup>7</sup> se tem seguido as ideias do Folheto, e posso dizer que tudo q.<sup>7</sup> ali se acha expellido tem produzido vantagens. Huma alteração fes-se mas foi hum aperfeiçoam.<sup>to</sup> do methodo ali apresentado, porq.<sup>7</sup> tratando-se ali da maneira porq.<sup>7</sup> seca-se e emsurrua-se o mate, se manda secar huma só ves, q.<sup>7</sup> he o que se faz antes de serem as folhas moidas – porem como os que a fabricão não são ordinariam.<sup>c</sup> os q.<sup>7</sup> a ensurruão p.<sup>a</sup> exportar, p.<sup>r</sup> isso não tem tido os meios de conhecer verdadeiram.<sup>te</sup> se huma só preparação bastava. Mas os ensurruadores conhecendo que só huma torrefação não podia extrahir toda a humid.<sup>c</sup> que /<sup>4</sup> fica empermeiada [?] com a goma, e que se manifesta [?] ao menos [?] evidente [?], e que tambem essa humid.<sup>c</sup> era m.<sup>to</sup> danoza incurtando-lhe a duração, procuravão remediar esse inconveniente – p.<sup>r</sup> isso oje muido [?] o mate logo que sai dos giráos [?] conforme prescreve o

folheto, dase-lhe hum novo beneficio que consiste em torral-o em fornos de padaria, e tirado [?] dahi passa por piloens para ficar mais moido.

Esta segunda preparação, que oje praticão todos os ensurradores, alem de tornar o mate mais seco e duradoiro tambem pela moajem dos piloens o redus mais a pó /e pode ser que as vezes mais fino do que se exige/, o que oferesse mais comodid.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> o transporte pela diminuição do volume em relação ao pezo.

Dos outros preceitos da Memoria som.<sup>e</sup> dois não tem sido executados como deverião ser é bem do melhoram.<sup>to</sup> desta industria: e são o não uzo de madeiras rezinozas p.<sup>a</sup> secar as folhas e o não rebocar [?] os jacazes com o material que prohibe o Autor; [ilegível], sobre o primeiro ponto, oje ainda se pratica isso e talvez que pelo maior numero de fabricantes que empregão os nós de pinho como hum combustivel forte que abrevia a torrefação, e que não apresenta o perigo de, levantando m.<sup>tas</sup> lavaredas e sentelhas, queimar em ves de suar unicam.<sup>e</sup> Esta he a vantagem, porem o inconveniente de empregnar as folhas de particulas rezinozas seguira essa vantagem./<sup>4 verso</sup>

A [ilegível – urea?] do segundo, ainda he uzado pelos que conduziã mate em jacazes. Penço que semelhantes uzos continuarão athe descubrirem-se outros meios de evitar não só que o mate se escõe pelas fendas dos jacazes, como tambem que a humid.<sup>e</sup> nelles penetre, e danefique o [ilegível]. Talvez q.<sup>o</sup> o ultimo inconveniente se pudesse sanar proscrevendo-o por meio de alguma pena mas o primeiro, isto he, de secar com materiaes rezinozos, esse penço que sera mais difficil destruir, ainda mesmo com penas, pela quaze impossibilid.<sup>e</sup> das pesquizas.

Relativam.<sup>e</sup> ao lastro dos Barcos em que se [ilegível] mate, eu nada direi porque ignoro se ainda os que saem pela barra de Paranagua o levão de madeira verde, que o Autor do Folheto condena.

Estas são as observaçõens que tenho feito sobre a execução das ideias da Memoria e seos rezultados – não posso ser minuciozo, e descer a particularizar os pormenores do fabrico porque me levaria m.<sup>to</sup> alem do que cumpre, por isso não toco nelles com individuação; mas posso informar a Vossa Ex.<sup>a</sup> que todas essas ideias são uteis, e q.<sup>o</sup> as que se tem aplicado tem produzido optimos rezultados no melhoramento desta industria; e as que não tem tido ainda applicação extença, como deverião ter, nessa m.<sup>ma</sup> pequena escala tem sido vantajozas.

E [ilegível] dos meios conducentes a melhoramentos deste ramo de nossa agricultura e Comercio tambem communicarei a V. Ex.<sup>a</sup> as ideias que tenho. Como ja disse, a primeira coisa que me pairesse de neccid.<sup>e</sup> urgente p.<sup>a</sup> melhoral-o e estendel-o, hé a cultura – hum methodo que faça vingar a plantação que a faça com os auxilios da arte vegetar mais depressa, e torne

as arvores assim cultivadas mais produtivas – julgo que estes são os problemas cuja solução seria de extraordinaria vantagem, pois a falta de hum meio de plantar comproveito, a vegetação vagarosa, e o pouco produto das arvores actualm.<sup>c</sup> são os obstaculos maiores comque se luta; não reproduzo aqui as causas porque ja as expus a V. Ex.<sup>a</sup> Alem da vantagem de segurar a permanencia, e abundancia deste ramo, e facilid.<sup>c</sup> p.<sup>a</sup> o fabrico, teriamos outra de não pequena monta, e he a de dar ao mate huma perfeição maior q'. talvez bem o aproximaria do cha – efico[?] que isto [ilegível] logo que em ves de congonha selvagem tivermol-a cultivada.

Isto he o que penço ter applicação em toda a parte onde ella se produz; he huma nessecid.<sup>c</sup> geral. Porem tratando mais particularm.<sup>c</sup> disto em relação á Comarca de Cor.<sup>a</sup> há ahi outras coizas que conjuntam.<sup>c</sup> com estas embargão o seo crescim.<sup>to</sup> – apresentarei [?] a V. Ex.<sup>a</sup> a difficuld.<sup>c</sup> do transporte p.<sup>a</sup> os portos de embarque como hum dos grandes obstaculos que ahi se encontrão e he tal este que só pode bem avalial-o q.<sup>m</sup> tem inspecionado ocularm.<sup>c</sup> o cam.<sup>o</sup> que condus de Cor.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> /<sup>5</sup> a Marinha: em nada exagero se dicer a V. Ex.<sup>a</sup> que pior nem igual não aha [sic. acha?] na Provincia, pois basta [ilegível] que huma besta fazendo a viagem de lá athe esta Cid.<sup>c</sup>, distancia de 120 leguas, volta menos maltratada doq' fazendo a de 5 leguas, ou pouco mais, que tem partindo da borda do campo a Morretes ou Antonina! Só isto he suficiente p.<sup>a</sup> mostrar q' difficuld.<sup>es</sup> se opoem no transporte dos generos das V.<sup>as</sup> de Serra ássima athe o porto de embarque. Verdade he que ali há uma Barreira com renda, que deve ser conçumida em concertos e reparos da Estrada, porem não pode ella p.<sup>r</sup> ora produzir tanto que chegue p.<sup>a</sup> empregar-se ali hum engenheiro habil visto que athe agora tem estado sob a direção de curiozos, que, q.<sup>do</sup> m.<sup>to</sup> fazem, limitão-se a refazim.<sup>tos</sup> parciaes sem plano algum, e p.<sup>r</sup> isso que se sempre com desvantagem publica: noentanto desfalcão-se as rendas sem obter melhoram.<sup>tos</sup> q' compensem a dispeza.

Tambem penço q' seria m.<sup>to</sup> util promover-se ja o concerto da parte da estrada que do lugar chamado Porto de sima, guia p.<sup>a</sup> Antonina, distancia de pouco mais ou menos tres leguas, assim se chama p.<sup>a</sup> ali o comercio, atenta a superiorid.<sup>c</sup> q' tem sobre Morretes pq' tendo p.<sup>a</sup> as Vilas de sima só huma legua / mais ou menos / de mais que Morretes, oferece a grande vantagem de ter hum porto de Mar de alguma capacid.<sup>c</sup> p.<sup>a</sup> receber vazos q' venhão ahi carregar, como aconteceu ja q.<sup>do</sup>, estando a estrada melhor era mais fre /<sup>5</sup> verso quentada chegando ahi mate que não tem que passar mais rio algum, de sorte que descarregado dos animaes he posto logo nos barcos: a utilid.<sup>c</sup>, que d'aqui provem não he pequena por não haver perigo de receber humid.<sup>c</sup> e deteriorar-se, como indo descarregar nos Morretes; onde não ha porto de Mar, porem uncam.<sup>c</sup> hum rio, cuja navegação não

he facil, athe alguma distancia, em razão de caxoeiras que tem, e que só admitem canoas descubertas que expõem o mate a receber m.<sup>ta</sup> humid.<sup>c</sup>. Partindo dahi não vae ainda direitam.<sup>c</sup> a Paranagua, mas porq.<sup>7</sup> huma canoa carrega poucas arrobas e ha no tranzito huma bateia [?] q.<sup>7</sup> pode molhar em.<sup>mo</sup> fazer perigar o carregam.<sup>to</sup> todo, p.<sup>r</sup> isso em hum lugar denominado Carniças fas-se a passagem da Carga p.<sup>a</sup> huma lanxa cuberta que condus a Paranagua p.<sup>a</sup> ahi ser posta no Barco. De maneira que o mate antes q.<sup>7</sup> chegue ao vazo que tem de exportal-o, pára em dois depozitos, Morretes e Paranagua, alem da incomodid.<sup>c</sup> que ocasiona a passagem das canoas p.<sup>a</sup> a lanxa, oq.<sup>7</sup> se faz com m.<sup>ta</sup> demora por ter ali de esperar repetidas viagens das canoas p.<sup>a</sup> completar o carregam.<sup>to</sup>.

E nada disto se encontra em Antonina onde chegado o mate he levado logo aos Barcos sem perigo algum por ancorarem estes no porto da V.<sup>a</sup> oque segundo V. Ex.<sup>a</sup> melhor apreciará estabelece a decidida Superiorid.<sup>c</sup> desta sobre Morretes.

Estas são as observaçoens que apresento a V. Ex.<sup>a</sup>. Fui talvez /<sup>6</sup> extenço, e poderia ser mais se me propuzesse, a expor [ilegível]ciosam.<sup>c</sup> algumas particularid.<sup>es</sup> – mas o receio de tomar o tempo a V. Ex.<sup>a</sup>, tempo q.<sup>7</sup> optimam.<sup>c</sup> emprega em promover a felicid.<sup>c</sup> da Provincia, fes-me limitar-me á poucas observaçoens. Estou certo q.<sup>7</sup> V. Ex.<sup>a</sup> prestará atençaõ á algumas nessecid.<sup>es</sup> q.<sup>7</sup> exponho, p.<sup>r</sup> me parecerem reaes e conhecendo-as, não deixará de remedial-as: o [ilegível] q.<sup>m</sup> a testa da Admenistração Provincial, tem-se interessado tanto no bem do Paiz e tem merecido a estima publica, não deixará de ganhar mais titulos á essa estima, procurando movido pelo patriotismo, q.<sup>7</sup> o caracteriza, fará desaparecer embaraços que se opoem ao melhoram.<sup>to</sup> de hum ramo tão util denossa industria.

Levo á presença de V. Ex.<sup>a</sup> os meos sinceros protestos de estima e consideração.

Deos g.<sup>c</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> S. Paulo 28 de Janeiro de 1837

Ilm.o e Exm.o Snt.<sup>7</sup> Bernardo Joze Pinto Gavião Peixoto

Prezid.e da Provincia

Joaquim Joze Pinto Bandeira

(Arquivo Nacional – Série Interior/ Negócios das Províncias. Ministério do Império – São Paulo – Offícios dos Presidentes, 1832-1837, IJJ<sup>9</sup> 414)

## Referências bibliográficas

- ALDEN, Dauril. *Royal government in Colonial Brazil, with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968.
- BALHANA, Altiva P. Estruturas populacionais no Paraná no ano da Independência. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*. 19, 1972: 5-26.
- BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do campo de Palmas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 4, 3ª série, 1851: 425-37.
- BLACKBURN, Robin. *The making of New World Slavery*. London: Verso, 1997.
- BORGES, Joacir Navarro. *Das justiças e dos litígios. A ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752)*. Tese (Doutorado em História), PGHIS/UFPR, 2009.
- BORUCKI, Alex. Apuntes sobre el tráfico ilegal de esclavos hacia Brasil y Uruguay: los “colonos” africanos de Montevideo (1832-1842). *História: questões & debates*. 52, 2010: 115-44.
- CABRAL, Oswaldo. *A organização das justiças na Colônia e no Império e a História da Comarca da Laguna*. Porto Alegre: Estab. Gráfico Sta. Teresinha, 1955.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *La Ilustración en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- COUTY, Louis. *O Brasil em 1884. Esboços sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 1984.
- CUNHA, Rogério Pereira da. Compadrio e hierarquia social: a experiência de uma vila litorânea na primeira metade do século XIX – São Francisco do Sul, Santa Catarina (1830-1840). *X Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros – Anais*. Brasília DF: BRASA, 2010.
- DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *O fardo do homem branco*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974 Encarnación de Zás, José. Memoria autobiográfica de José Encarnación de Zás. *Revista Historica*. 49-50, año XLV, t. XVII, 1951: 121-73.
- ENGERMAN, Stanley L. e SOKOLOFF, Kenneth L. Factor endowments, inequality, and paths of development among New World economies. *Economia*. 3 (2), 2002: 41-88.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

- GIL, Tiago. *Infelizes transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). Frago- so, Almeida, Sampaio (org.). *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Pa- raná, 1800-1830. *Estudos econômicos*. 17 (2), 1987.
- HEMMING, John. *Fronteira amazônica*. São Paulo: Edusp, 2009.
- LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaçuá, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, 2003.
- LEÃO, Ermelino Augusto de. *Contribuições Históricas e Geográficas para o Dicionário do Paraná*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1929.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1994.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, Carlos A. M. Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas. *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE – Anais*. Caxambu: ABPHE, 2003.
- \_\_\_\_\_. Hierarquia social em duas vilas do Paraná no primeiro terço do século XIX. Santos, Barros, Falci (org.). *Espacialidades*. Rio de Janeiro: LESC, 2004.
- \_\_\_\_\_. Os patrimônios e o declínio da escravidão no Paraná (São José dos Pinhais, 1852-1886). *VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacio- nal de História de Empresas*. Conservatória: ABPHE, 2005.
- \_\_\_\_\_. Como se Cuba não existisse: observações sobre Jaime Balmes, a escravidão e o tráfico de escravos (Espanha, década de 1840). *História: questões & debates*. 50, 2009: 239-71.
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Terceiro caderno: A formação da estrutura agrária tra- dicional dos Campos Gerais. *Três cadernos de História, idéias e reflexões*. Curitiba: Arte e Letra, 2002: 61-92.
- MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étni- ca (1750-1850). Frago, Florentino, Jucá, Campos (org.). *Nas rotas do império*. Vi- tória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006: 609-44.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *A província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. 3ª ed., facsimilada, São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, s/d. (fac-símile da ed. de 1926).
- OLIVEIRA, Ronald Polito de (ed.). *Visitas pastorais de dom frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais/ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.
- PEREIRA, Alexandra Maria. Uma loja em Vila Rica. Carrara, Ângelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.
- PEREIRA, Magnun R. de M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Pioneira, 1995.
- PIAZZA, Walter. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária, 1975.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978 (1ª ed., 1851).
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977 (ed. facsimilada da primeira, de 1860).
- SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha. Mercado de animais de carga no Centro-Sul do Brasil Imperial*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.
- TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 2005.
- TERMOS DE VEREAÇÕES DA CÂMARA DE CURITIBA. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba – documentos para a História do Paraná*. v. XXXVIII, 1928, v. XXXIX, 1928, v. XLII, 1929.
- WEBER, Silvio Adriano. *Além do cativo: a congregação de escravos e senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito da vila de Morretes, século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, 2009.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. A introdução de escravos novos no litoral paranaense. *Revista de História*. XLIV (89), 1972: 19-54.
- \_\_\_\_\_. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.

- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura 1998.
- WHIGHAM, Thomas. *The politics of River Trade. Tradition and development in the Upper Plata, 1780-1870*. Albuquerque: The University of New Mexico Press, 1991.